



RN/401/2021/FAPES

Belo Horizonte, 24 de maio de 2021.

Ao

Sr. Rodolfo Torres dos Santos

Diretor de Segurança

Fundação de Assistência e Previdência Social do BNDES – FAPES

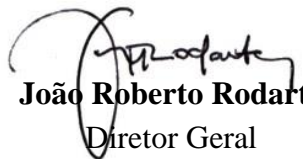
Prezado Senhor,


Apresentamos, anexo, o Parecer Técnico sobre a necessidade de mudança do critério de atualização dos benefícios concedidos pelo Plano Básico de Benefícios, administrado pela FAPES, registrado no CNPB do órgão fiscalizador competente sob o nº 1979.0015-29, em face a adequação à Resolução CGPAR nº 25/2018.

Permanecemos à disposição para qualquer esclarecimento que se faça necessário.

Atenciosamente,

Rodarte Nogueira – consultoria em estatística e atuária
CIBA nº 070


João Roberto Rodarte
Diretor Geral
CONRE nº 6.928 6ª região


Cássia Maria Nogueira
Responsável Técnico Atuarial
MIBA/MTE nº 1.049

FAPES – Fundação de Assistência e Previdência Social do BNDES
Plano Básico de Benefícios - CNPB nº 1979.0015-29

Parecer Técnico sobre a alteração dos critérios de atualização dos Benefícios concedidos pelo PBB – Plano Básico de Benefícios

1. Introdução

A Resolução CGPAR nº25, de 6 de dezembro de 2018, estabeleceu, dentre outras diretrizes, regras relacionadas ao critério de reajuste dos benefícios de planos previdenciários complementar patrocinados por empresas estatais federais

Assim, a proposta de alteração do Regulamento do PBB, tem por objetivo primordial sua adequação ao disposto na referida Resolução, em especial ao especificado no inciso V e VI do artigo 4º, destacado a seguir:

“Art 4º. As empresas estatais federais que patrocinem planos de benefícios de previdência complementar estruturados na modalidade de benefício definido deverão submeter à Secretaria de Coordenação e Governança das Empresas Estatais, em até doze meses da entrada em vigor desta Resolução, proposta de alteração nos regulamentos destes planos de benefícios, observado o art. 17 da Lei Complementar n. 109, de 29 de maio de 2001, que contemplem:

(...)

V - a desvinculação do reajuste dos benefícios dos assistidos do reajuste concedido pelo patrocinador aos seus empregados;

VI - a vinculação do reajuste dos benefícios dos assistidos ao índice do plano;
(...)”

Os dispositivos em referência tratam da desvinculação do reajuste dos benefícios dos assistidos do reajuste concedido pelo patrocinador aos seus empregados, e da consequente vinculação desses benefícios a um índice de preços para corrigir monetariamente as suplementações e outros valores estabelecidos no regulamento do Plano.

Em despacho exarado pela PREVIC relativo ao Processo nº 44011.005588/2020-96, sobre consulta formulada pela FAPES e relacionada à alteração regulamentar, a Autarquia se manifestou conforme abaixo:

“7. No entendimento dessa Diretoria de Licenciamento, a Resolução CNPC nº 40, de 30 de março último, disciplinou a possibilidade de alteração nos critérios de reajustes de benefícios inclusive para os benefícios concedidos desde que precedido de:



- I - elaboração de estudo técnico que demonstre a necessidade de mudança do critério de atualização, bem como a adequação econômica, financeira e atuarial do índice proposto;*
- II - ampla divulgação aos participantes e assistidos, com antecedência mínima de cento e oitenta dias do envio da proposta ao órgão estatutário competente da EFPC;*
- III - aprovação do órgão estatutário competente da EFPC; e*
- IV - autorização do Órgão da Superintendência Nacional de Previdência Complementar.”*

Deve-se registrar, ainda, que a manifestação do patrocinador expresso na carta APEC/SUP 037/2020 evidencia seu entendimento acerca da inexistência do direito adquirido ao atual critério de atualização dos benefícios previstos no artigo 38 do Regulamento vigente, a saber:

“Nesse ponto, importa repisar a discordância do BNDES quanto à aplicação do disposto no art. 17, §2º, da Lei Complementar nº 109/2001 por entender que não há direito adquirido a ser preservado, vez que a legislação (artigo 4º da Resolução CGPC n.º 08, de 19.02.2004) buscou assegurar tão somente o direito à atualização do benefício, mas não a uma forma específica de fazê-lo.”

Ante o exposto, o presente estudo tem por objetivo demonstrar a necessidade de mudança do critério de atualização, bem como a adequação econômica, financeira e atuarial do índice proposto, a luz do entendimento da PREVIC, acima exposto.

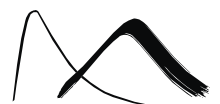
2. Da alteração do índice de reajuste dos benefícios do Plano

De acordo com o artigo 38 do Regulamento do PBB, o reajuste vigente das suplementações observa as condições e índices aplicáveis aos empregados em atividade no patrocinador, assim definido:

“Art. 38 - A renda global será reajustada nas épocas e proporções em que for concedido reajuste ou modificação geral dos salários dos empregados do respectivo patrocinador, de modo a assegurar proventos equivalentes aos salários que os participantes manteriam se em atividade estivessem, na posição funcional da data de início do benefício, observado o disposto nos artigos 16 a 20.”

Objetivando adequar-se ao disposto nos incisos V e VI do artigo 4º da Resolução CGPAR nº 25/2018, foi proposto que a suplementação passe a ser reajustada de acordo com a variação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) ou índice inflacionário que venha a substituí-lo, desvinculando o reajuste dos benefícios do PBB, inclusive os já concedidos, ao índice de reajuste do patrocinador, e da sua incidência sobre a Renda Global

Em consonância com a proposição supra, a Unidade de Referência do Plano será reajustada pelo referido indexador na mesma época de reajuste dos benefícios.



É importante destacar que o indexador proposto (Índice de Preços ao Consumidor Amplo – IPCA) é considerado o índice oficial de inflação do Brasil e serve de referência para as metas de inflação, bem como para remuneração dos títulos públicos (NTN-b) negociados no mercado financeiro.

Assim, além do atendimento às disposições da Resolução CGPAR nº. 25/2018, a alteração do critério de reajuste dos benefícios concedidos demonstra-se pertinente para a redução do risco de descasamento entre o passivo atuarial e os ativos (patrimônio de cobertura), visto que o índice de reajuste dos benefícios concedidos, atualmente adotado, pode não ser equivalente ao indexador atrelado aos títulos públicos da carteira de investimento do Plano. Em outros termos, o descasamento ocorrerá quando o passivo atuarial for reajustado por um indexador não equivalente ao indexador (IPCA) dos títulos públicos utilizados nos estudos de alocação de ativos do plano.

Adicionalmente, considerando que o Plano Básico de Benefícios – PBB encontra-se fechado para o ingresso de novos participantes, a receita oriunda do retorno dos investimentos assume um peso maior na geração de recursos que farão frente aos compromissos do Plano. Portanto, é ideal que as obrigações do Plano estejam convergentes ao retorno dos investimentos.

Isto posto, ao desvincular o reajuste dos benefícios do reajuste concedido pelo patrocinador aos seus empregados, o risco atuarial do plano se reduz auxiliando no seu equilíbrio técnico.

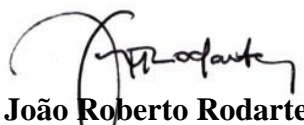
Por fim, destacamos que as demais exigências, à exceção do disposto no inciso III da Resolução CGPAR nº. 25/2018, já estão contempladas no Regulamento aprovado pela Portaria nº 1.166, de 12.12.2018 da PREVIC, publicada no Diário Oficial da União de 18.12.2018.

Este é o Parecer.

Belo Horizonte, 24 de maio de 2021.

Rodarte Nogueira - consultoria em estatística e atuária

CIBA nº 070



João Roberto Rodarte

Diretor Geral

CONRE nº 6.928 6ª região



Cássia Maria Nogueira

Responsável Técnico Atuarial

MIBA/MTE nº 1.049

